

Despesas em Ambiente atingiram 2 mil milhões de euros em 2017

É hoje publicada a edição de 2018 das Estatísticas do Ambiente. Esta publicação está organizada em sete capítulos, que abrangem os principais setores do sistema de informação sobre o ambiente.

Além desta informação, é disponibilizado um conjunto de dados adicionais no Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt).



Capítulo – População e Atividades Humanas

Em 2017, o contexto socioeconómico foi marcado pelo aumento do PIB, verificando-se igualmente um aumento do Índice de Produção Industrial. O decréscimo da população foi menor que nos anos anteriores, verificando-se pela primeira vez, desde 2010, um saldo migratório positivo. A esperança média de vida continuou a aumentar.

Contexto socioeconómico em 2017

Em 2017, o contexto socioeconómico em Portugal foi caracterizado por um aumento do PIB (+2,8% em volume), para o qual contribuiu a variação positiva (+3,0%) da procura interna, devido sobretudo à aceleração do Investimento. A procura externa decresceu 11,5% em volume, tendo o saldo externo de Bens e Serviços diminuído para 0,8% do PIB (1,1% em 2016). O Índice de Produção Industrial aumentou 3,9% em 2017, mantendo a tendência positiva que se verifica desde 2013.

A população residente diminuiu 18 546 habitantes face ao ano anterior, com a conjugação de um saldo natural negativo (-23 432 pessoas) e um saldo migratório positivo (o que não se verificava desde 2010) de 4 886 pessoas. O Índice de Fecundidade, que tem verificado um aumento consecutivo desde 2013, desacelerou em 2017 e a esperança média de vida continuou a aumentar.

				
Taxa de crescimento efetivo em 2017 -0,18%	Uma criança nascida em 2017 poderá em média esperar viver 80,8 anos	PIB em 2017 aumentou 2,8% em volume	1,1 € do PIB foi produzido por cada kg de materiais consumidos internamente em 2017	Índice de Produção Industrial aumentou 3,9% em 2017

Capítulo – Ar e Clima

2017 foi o segundo ano mais quente e o terceiro mais seco dos últimos 87 anos. O estado da qualidade do ar e a concentração de partículas inaláveis (com diâmetro inferior a 10 µm) pioraram face a 2016.

Poluição atmosférica e clima em 2017

O ano de 2017 em Portugal Continental, para além de ter sido o segundo ano mais quente, caracterizado por um valor de temperatura média do ar de 16,3 °C, superior em 1,1 °C à normal climatológica, foi o terceiro mais seco dos últimos 87 anos. Ocorreram 7 ondas de calor¹, com a particularidade da maioria não ter ocorrido no verão: 2 na primavera (1 em abril e 1 em maio), 2 no verão (1 em junho e 1 em julho) e 3 no outono (2 em outubro e 1 em novembro).

Sobre o estado da qualidade do ar em 2017, 77,8% dos dias apresentaram uma boa qualidade, mas o número de dias abaixo deste patamar aumentou 4 p.p. face a 2016. As concentrações médias de PM₁₀ (partículas inaláveis com diâmetro inferior a 10 µm) em 2017 (18 µg/m³), embora muito abaixo do valor limite estabelecido (40 µg/m³), também pioraram face a 2016 (+5,9%).

Em 2017 foram colocadas em leilão Licenças de Emissão (LE) para regulação e mitigação das emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) gerados por diversos setores de atividade, correspondentes a 17,2 milhões de t de CO₂ eq (14,1 milhões de t de CO₂ eq em 2016). A receita arrecadada atingiu os 99,5 milhões de euros (+3,2 milhões que o máximo anterior de 2015). A cotação média por LE de t de CO₂ eq adquirida em leilão em 2017 atingiu os 5,73 €.

			
1,07 °C foi o desvio da temperatura média do ar em 2017	Concentração de PM ₁₀ , em 2017 18 µg/m ³	GEE em 2016 102,3 (índice 1990=100)	Agricultura, o 3º principal setor emissor de GEE em 2016 10% do total

¹ Considera-se que ocorre uma onda de calor (do ponto de vista climatológico) quando num intervalo de pelo menos 6 dias consecutivos, a temperatura máxima do ar é superior em 5°C ao respetivo valor médio diário da temperatura máxima no período de referência.

Capítulo – Água

A qualidade da água para consumo público e a qualidade das massas de água balneares continuou a melhorar em 2017.

Água & ambiente em 2017

O indicador de Água Segura, que traduz a percentagem de água para consumo público controlada e de boa qualidade, registou nova subida em 2017, atingindo o valor de 98,71%.

As águas balneares revelaram igualmente um elevado padrão de qualidade. Em 2017, a qualidade das massas de água, quer interiores quer costeiras/transição, melhorou face a 2016, verificando-se que 76,4% e 90,6% das respetivas 123 massas de água interiores e 480 costeiras/transição monitorizadas, tiveram classificação de “excelente”. Por outro lado, já em 2018 foram distinguidas com a atribuição de Bandeira Azul um total de 332 praias, atingindo um novo máximo na série de dados disponíveis, correspondente a um crescimento, face a 2017, de 3,8%, num total de mais 12 praias.

			
<p>Qualidade “excelente” em 2017 para 76,4% das águas interiores e 90,6% das águas costeiras/transição</p>	<p>84,7% dos alojamentos servidos por drenagem de águas residuais, em 2016</p>	<p>Em 2017, o indicador Água Segura atingiu o valor de 98,71%</p>	<p>332 praias foram distinguidas com o galardão Bandeira Azul em 2018</p>

Capítulo – Biodiversidade

O ano de 2017 foi o ano com maior área rural ardida desde 2001, com 539,9 hectares.

Estado dos ecossistemas em 2017

A rede nacional de Áreas Protegidas de Portugal Continental totalizou 736 mil hectares em 2017, 8,3% do território continental. A rede regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma do Açores abrangia, em 2017, 56 mil hectares de área terrestre, 24,1% do território dos Açores, enquanto a rede de Áreas Protegidas da Região Autónoma da Madeira englobava uma área terrestre de 46 mil hectares, 57,9% do respetivo território.

Segundo dados provisórios do Sistema de Gestão de Informação de Incêndios, ocorreram 9 725 incêndios rurais em Portugal Continental em 2018, menos 11 281 ocorrências face a 2017, com um total de área ardida de 38,2 mil hectares (539,9 mil hectares em 2017). De realçar que o ano de 2017 foi o ano com maior área ardida desde 2001.

Em 2017, o número de sapadores florestais ao serviço em Portugal Continental fixou-se nos 1 405 efetivos, mais 50 elementos face ao ano anterior, o que possibilitou a criação de dez novas equipas de sapadores florestais. Neste ano, o número de elementos (militares e civis) afetos ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) em Portugal totalizou 913 elementos. Nos últimos cinco anos, este efetivo decresceu a um ritmo médio anual de 1,1%, correspondendo a uma saída de 42 elementos.

O Programa de Desenvolvimento Rural PDR 2020 beneficiou, em 2017, 60 165 agricultores em Portugal (60 240 em 2016) no âmbito das Medidas Agroambientais do PRODER/PRODERAM/PRORURAL, os quais receberam apoios num total de 166 milhões de euros (170 milhões em 2016).

			
Em 2017, as Áreas Protegidas representavam 8,3% do Continente, 24,1% da Região Autónoma dos Açores e 57,9% da Região Autónoma da Madeira	9 725 incêndios rurais registados em 2018 no Continente responsáveis por 38,2 mil hectares de área ardida ²	Em 2017, estavam operacionais 1 405 sapadores florestais no Continente e 913 elementos afetos ao SEPNA	PDR 2020 beneficiou, em 2017, 60 165 agricultores com 166 milhões de euros

² Dados provisórios constantes do 6º Relatório Provisório de Incêndios Rurais 2018 (ICNF setembro 2018)

Capítulo – Resíduos

Em 2017, houve mais resíduos urbanos gerados mas menos resíduos setoriais. O aumento, pela primeira vez em cinco anos, da quantidade de resíduos urbanos biodegradáveis destinados a aterro e a interrupção da tendência de crescimento da quantidade de resíduos urbanos preparados para a reutilização e reciclagem pode comprometer as orientações estratégicas de âmbito nacional da política de gestão de resíduos.

Planeamento e gestão de resíduos em 2017

Em 2017 foram recolhidos em Portugal cerca de 5,0 milhões de toneladas de resíduos urbanos (+115 mil toneladas relativamente a 2016), o que se traduziu num rácio de 1,3 quilogramas por dia e por habitante. A deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro inverteu a tendência decrescente de anos anteriores, atingindo 43% do total, afastando-se ainda mais da meta estabelecida para 2020 (35%).

Os resíduos setoriais gerados em 2017 pelo tecido empresarial totalizaram 9,2 milhões de toneladas, diminuindo 0,7 milhões de toneladas (-6,8%) face ao apurado em 2016. De referir que 85,4% (82,8% em 2016) dos resíduos setoriais gerados foram valorizados. O ano de 2017 foi o mais eficiente dos últimos 5 anos, com 51,0 kg por milhar de euros de PIB gerado, devido ao efeito combinado de uma redução absoluta na geração de resíduos com um acréscimo no PIB.

Em 2017, o total de saídas de resíduos (Lista Laranja) totalizou 57,3 mil toneladas, um acréscimo de 4,5 mil toneladas (+8,7%) em relação a 2016, invertendo assim a tendência de decréscimo verificada desde 2013, ano em que se registou o máximo dos últimos 8 anos.

			
<p>Em 2017, a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis cresceu pela primeira vez em sete anos, ascendendo a 43% do total</p>	<p>7,8 milhões de toneladas de resíduos setoriais foram valorizados em 2017</p>	<p>Em 2017, por cada milhar de euros de PIB foram gerados 51 kg de resíduos setoriais, o que o posiciona como o mais eficiente dos últimos 5 anos</p>	<p>94% dos resíduos perigosos saídos do país (53,9 mil toneladas) tiveram como destino Espanha</p>

Capítulo – Energia e transportes

Vendas de automóveis aumentaram pelo sexto ano consecutivo.

Os veículos em circulação em 2017

Em Portugal, os dados estimados para 2017 apontam para um total de 6,4 milhões de veículos automóveis (ligeiros e pesados) presumivelmente em circulação, o que corresponde a um aumento de 3,8% comparativamente a 2016, (+238 891 veículos). Este aumento manteve assim a tendência crescente que se observa desde 2012, ano em que se atingiu um mínimo de 7,9 mil veículos vendidos por mês.

Os veículos motorizados a gasóleo representavam, em 2017, 64,7% do parque automóvel em circulação (63,9% em 2016), totalizando 4,2 milhões de veículos (4,0 milhões em 2016).

A idade média dos veículos automóveis ligeiros em circulação atingiu 12,7 anos em 2017, que compara com 12,5 anos em 2016. A idade média por veículo pesado de passageiros atingiu 13,4 anos, mais 0,3 anos que o valor médio registado em 2016.

	
<p>Em 2017, por cada automóvel motorizado a GPL e outras fontes de energia, circulavam 45,6 veículos a gasóleo (52,3 em 2016) e 23,8 veículos a gasolina (28,6 em 2016).</p>	<p>64,7% do parque automóvel em 2017 era motorizado a gasóleo</p>

Capítulo – Economia e Finanças do Ambiente

Despesas em ambiente e receitas provenientes de impostos ambientais atingem novos máximos em 2017

Despesas em ambiente em 2017

Em 2017, as despesas em ambiente representaram 1,1% do PIB (1,0% em 2016), ascendendo a 2 mil milhões de euros, o valor mais elevado desde 2013. Esta evolução positiva foi resultado de acréscimos generalizados da despesa nas Administrações Públicas (+10,4%), Indústria³ (+18,2%) e Produtores Especializados⁴ (+12,1%).

O número de indivíduos ao serviço das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) aumentou 4,7% em 2017 (total de 1 835), após três anos consecutivos de redução. Em contrapartida, o número de ações desenvolvidas por estas decresceu 5,5%, totalizando 10 305 (10 910 ações em 2016). As ações junto dos *media* e a realização de congressos, seminários e ações de formação aumentaram, respetivamente 8,0% e 5,5%, com realce para a componente da formação. Em sentido inverso, as ações ligadas à educação ambiental diminuíram 10% e o número de publicações, estudos técnicos e pareceres reduziram-se em 7%, embora esta última continue a representar a principal atividade das associações com um total de 3 594 ações realizadas.

Em 2017, os serviços prestados pelos 466 Corpos de Bombeiros do país aumentaram 5,0%, totalizando 1,58 milhões de serviços. As principais variações positivas ocorreram no “Combate a incêndios em povoamentos florestais” (de 6 588 solicitações, em 2016, para 38 478) e no “Combate a outros incêndios” (+155,3% face a 2016).

Em 2017, o valor dos impostos com relevância ambiental manteve a trajetória de crescimento, iniciada em 2013, e alcançou os 5 mil milhões de euros, correspondente a uma subida de 4,8% relativamente ao ano anterior. Com uma representatividade de 2,6% na estrutura fiscal portuguesa, a receita proveio sobretudo dos impostos sobre produtos petrolíferos e energéticos, sobre veículos e do imposto único de circulação.

			
2 mil milhões de euros foi o montante gasto pela Administração Pública e empresas em 2017	1 835 pessoas desenvolveram 10 305 ações nas ONGA em 2017, com destaque para as publicações e estudos	27 657 bombeiros dos quadros de comando e ativo existentes no país em 2017	5 mil milhões de euros foi a receita arrecadada em impostos ambientais em 2017

³ Empresas classificadas nas seções B, C, D e E (apenas a divisão 36) da CAE Rev. 3.

⁴ Empresas classificadas nas divisões 37, 38 (excluído o grupo 383) e 39 da CAE Rev. 3.

Notas Explicativas:

ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO: água no seu estado original ou após tratamento, destinada a ser bebida, a cozinhar, à preparação de alimentos, à higiene pessoal ou a outros fins domésticos, independentemente da sua origem e da forma como é disponibilizada ao consumidor.

ÁGUA SEGURA: corresponde à percentagem de água controlada e de boa qualidade, sendo esta o produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação dos parâmetros sujeitos a controlo de rotina 1, controlo de rotina 2 e controlo de inspeção, tal como definido no Anexo II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

ÁREA PROTEGIDA: área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

CORPO DE BOMBEIROS: unidade operacional onde se integram os bombeiros que é oficialmente homologada e tecnicamente organizada, preparada e equipada para exercer as missões que lhe são atribuídas.

DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS: Sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a coleta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, para que a sua deposição no meio recetor (solo de água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA: número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA: Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

GASES COM EFEITO DE ESTUFA: Gases concentrados na atmosfera que absorvem e emitem radiação infravermelha, a partir dos raios solares que são refletidos para o espaço ou absorvidos e transformados em calor.

IMPOSTO COM RELEVÂNCIA AMBIENTAL: Receita obtida pelas Administrações Públicas através da taxação de produtos e serviços cuja base de imposto possa ter um impacto negativo no ambiente. Esta receita provém de pagamentos obrigatórios, sem contrapartida, no sentido em que as Administrações Públicas não oferecem, diretamente, nada em troca à unidade institucional que está a efetuar o pagamento, embora possam usar esses fundos para o fornecimento de bens e serviços para outras unidades institucionais ou para a comunidade como um todo.

ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE: número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

ONDA DE CALOR: Ocorre uma onda de calor quando num período de 6 dias consecutivos, a temperatura máxima do ar é superior em 5 °C ao valor médio das temperaturas máximas diárias no período de referência (1961-1990).

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB): resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes na região ou no país no período de referência e que é calculado segundo a ótica da produção, da despesa e do rendimento: a) segundo a ótica da produção, o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes sectores institucionais ou ramos de atividade, mais os impostos líquidos dos subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos sectores e ramos de atividade); b) segundo a ótica da despesa, o PIB é igual à soma das utilizações finais de bens e serviços (consumo final efetivo e formação bruta de capital) das unidades institucionais residentes, mais a exportação e menos a importação de bens e serviços; c) segundo a ótica do rendimento, o PIB é igual à soma das utilizações da conta de exploração do total da economia (remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e a importação líquidos de subsídios, excedente de exploração bruto e rendimento misto do total da economia).

PM₁₀ - Partículas inaláveis, de diâmetro inferior a 10 micrómetros (µm), que constituem um elemento de poluição atmosférica.

QUADRO ATIVO: quadro de pessoal constituído pelos elementos aptos para executarem as missões do corpo de bombeiros, em cumprimento das ordens que lhes são determinadas pela hierarquia, bem como das normas e procedimentos estabelecidos, e que estão normalmente integrados em equipas.

QUADRO DE COMANDO: quadro de pessoal constituído pelos elementos do corpo de bombeiros a quem é conferida a autoridade para organizar, comandar e coordenar as atividades exercidas pelo corpo de bombeiros, incluindo, a nível operacional, a definição estratégica dos objetivos e missões a desempenhar

RECICLAGEM DE RESÍDUOS: Qualquer operação de valorização através da qual os materiais constituintes dos resíduos são novamente transformados em produtos, materiais ou substâncias para o seu fim original ou para outros fins.

RESÍDUO SETORIAL: Resíduo produzido no exercício de atividades económicas com processos produtivos que geram resíduos diferentes dos resíduos gerados pelas famílias nas suas habitações.

RESÍDUO URBANO: Resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, é semelhante ao proveniente de habitações.

REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS: Qualquer operação mediante a qual produtos ou componentes que não sejam resíduos são utilizados novamente para o mesmo fim para que foram concebidos.

SALDO MIGRATÓRIO: diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

SALDO NATURAL: diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

VEÍCULOS PRESUMIVELMENTE EM CIRCULAÇÃO: veículos que compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias.

Siglas utilizadas:

CAE-Rev.3: Classificação das Atividades Económicas - Revisão 3

CO₂ eq: Dióxido de Carbono equivalente

GEE: Gases de Efeito de Estufa

GPL: Gás de Petróleo Liquefeito

LE: Licenças de Emissão

ONGA: Organizações Não-Governamentais de Ambiente

PIB: Produto Interno Bruto

PM₁₀: Partículas inaláveis com diâmetro inferior a 10 µm

RU: Resíduos Urbanos

SEPNA: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

Unidades de medida utilizadas:

°C: Graus Celsius

Kg: Quilograma

t: Tonelada

µg/m³: Microgramas por metro cúbico